

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CPI FUNAI e INCRA

REQUERIMENTO Nº DE 2016

(Do Sr. Valmir Assunção)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVITE ao Dr. Hércules Ferreira Sodré, Delegado da Polícia Federal responsável pela investigação que resultou na Operação Terra Prometida.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, e na forma prevista pelo art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que ouvido o plenário desta Comissão seja CONVIDADO o Dr. Hércules Ferreira Sodré, Delegado da Polícia Federal responsável pela investigação que resultou na Operação Terra Prometida.

JUSTIFICAÇÃO

O Delegado Hércules conduziu o IPL nº 452/2013 foi instaurado pela Polícia Federal para apurar a materialidade e autoria dos fatos de crime de invasão de terras da união, formação de quadrilha, ameaça e estelionato. Haveria uma quadrilha que estaria promovendo a invasão e negociação indiscriminada de lotes, além da quadrilha estabelecida no local para ameaçar e expulsar diversos agricultores que receberam lotes do INCRA no Projeto de Assentamento Itanhangá/Tapurah no Estado do Mato Grosso. Durante as investigações o Delegado a Procuradora Federal e o Juiz Federal de Diamantino sofreram ameaças de mortes para que as investigações fossem finalizadas conforme matéria da imprensa, reproduzida neste requerimento.

PF investiga ameaça de morte contra delegado, juiz federal e procuradora

Ligações partiram de telefone público em Itanhangá e tem envolvimento com o "novo cangaço"

Jacques Gosch

Delegado Hércules Sodré e a procuradora da República Ludmila Bortoleto Monteiro sofrem ameaça

A Superintendência da Polícia Federal investiga ameaças de morte sofridas pelo delegado Hércules Ferreira Sodré, pelo juiz federal de Diamantino Fábio Fiorenza e pela procuradora da República, Ludmila Bortoleto Monteiro. Os três atuam na Operação Terra Prometida, deflagrada em 27 de novembro, com objetivo de dismantelar a quadrilha acusada de comprar, vender e explorar ilegalmente lotes destinados da reforma agrária situados no assentamento PA, nos municípios de Itanhangá e Tapurah, no Médio Norte do Estado. Além das autoridades, três testemunhas também sofreram ameaças durante o final de semana.

A intimidação contra eles foi feita no sábado (6), logo após a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que atendeu ao pedido de habeas corpus feito pela presidente da Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Itanhangá (Cooperita) Antônio Adi Mattei.

A decisão de soltura foi estendida aos demais presos beneficiando figuras como o proprietário da Fiagril e ex-prefeito de Lucas do Rio Verde Marino Franz (PSDB), os produtores rurais Milton e Odair Geller, irmãos do ministro da Agricultura Neri Geller (PMDB), o vice-prefeito de Itanhangá Rui Schenkel (PR), além de diversos agricultores, empresários e políticos acusados pela PF de envolvimento no esquema criminoso.

A Operação Terra Prometida cumpriu 33 dos 52 mandados de prisão expedidos pelo Judiciário em Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os pedidos foram feitos com base nas investigações iniciadas há quatro anos para apurar os crimes de invasão de terras da União, associação criminosa armada, crimes contra o meio ambiente, de fraude documental nos processos do Incra, estelionato majorado, corrupção ativa e passiva e ameaça.

Na última segunda (8), o juiz federal e a procuradora da República estiveram reunidos com o delegado para obterem mais informações sobre o telefonema com ameaças de morte. A intenção foi obter orientações sobre as provas coletadas, e também sobre os procedimentos e medidas de segurança que serão adotadas. Segundo a PF, a ligação com teor de ameaça partiu de um telefone público de Itanhangá. Diversos investigados que foram presos em 27 de novembro foram presos naquele município.

Esta CPI tem solicitado informações para o INCRA sobre as situações de ocupações dos lotes dos assentamentos, critérios para seleção e áreas que foram adquiridas

para a Reforma Agrária. A solicitação da participação do Delegado Hércules irá contribuir na investigação da CPI nestes caso em que famílias assentadas foram expulsas de seus lotes.

Para tanto solicitamos o apoio aos nobres Deputados para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões,

Deputado Valmir Assunção

PT-BA